



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

1 — A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

SALVADOR, 7 DE AGOSTO DE 1964

NO PALACIO DA ACLAMAÇÃO, NA HOMENAGEM DO GOVERNADOR DA BAHIA.

Não precisaria que me dissessem estar na Bahia: as demonstrações de apreço e, mais que isso, o halo de fidalguia que as envolve por parte do povo e do seu Governo, seriam bastantes para indicar-me uma terra reconhecidamente acolhedora. Mas, na série de gratas manifestações, constitui esta festa, que reúne tantas e tão expressivas figuras da coletividade baiana, ocasião realmente singular.

Por mais que desejemos deter a imaginação, ela se volta naturalmente para um passado que tanto identifica a Bahia com todos os brasileiros, por certo sensíveis a algumas páginas de nossa História aqui vividas. Nem podemos esquecer os grandes estadistas, tão numerosos e tão capazes no serviço do Império, que Joaquim Nabuco vos daria o epíteto de Virginia brasileira.

Certamente, é a vossa vocação política, tóda ela formada numa tradição de equilíbrio, sem dúvida a marca mais profunda e constante de tóda a nossa evolução. Ela já vos terá feito acompanhar e sentir as várias críticas feitas à Revolução, como é inevitável, inclusive por parte do povo, justamente impaciente no sofrimento, que nenhuma medida poderá suprimir imediata ou milagrosamente. Não são essas, bem sabemos, as únicas censuras ao Governo Revolucionário, pois elas variam de acôrdo com as tendências, o temperamento e até com os interesses de cada qual. O Governo está atento a tódas elas. Seja para as receber como úteis advertências, seja para proporcionar-lhes os necessários esclarecimentos, como é normal num governo democrático.

Quem não terá ouvido dizer que a Revolução deveria ser mais enérgica nas suas medidas? Faltarão os que considerariam de bom grado a supressão ou a neutralização do Congresso? Outros se queixam por não verem de logo os frutos dos atos do Govêrno, especialmente no que diz respeito ao custo de vida e ao abastecimento. E as próprias reformas, que são e terão de ser a pedra de toque da Revolução, não logram escapar ao apôdo dos descontentes.

De alguma sorte, ou é a atitude dos que, embora com as melhores intenções, estão presos a pormenores em vez de se empolgarem pelo grande todo e pela imensa tarefa da Revolução, ou então se encontram divorciados dos reais e efetivos objetivos do movimento de 31 de março. De fato, o importante, o essencial, é não sòmente que a Revolução prossiga firmemente, sem fadigas e sem hiatos, como realmente acontece, mas que o Govêrno esteja animado por um profundo sentimento, por uma viva consciência de que lhe cabe realizar uma obra revolucionária capaz de mudar a face do País. E é isso que iremos fazer.

É verdade que em alguns setores há os que insistem na consumação de medidas chamadas de mais enérgicas. Mas, se nos detivermos no que enunciam, verificaremos estarem apenas presos a palavras, não lembrando qualquer providência que se possa considerar como efetivamente condizente com a Revolução.

Quando bem analisadas as intenções dos reclamantes, o que se acaba por encontrar, freqüentemente, por detrás das frases de censura, é o desejo de ferir ou prejudicar desafetos ou opositores. Será êsse o papel dos revolucionários? Outros clamam por demissões, que deveriam ser em massa, muitas vêzes atingindo humildes funcionários em nada responsáveis pelos desmandos verificados no País. Também os ministros não logram escapar à volúpia dos impacientes, ou dos que se esquecem ser a sua conservação ou exoneração atribuição exclusiva do Presidente da República.

Esquecem-se talvez de que, no atual sistema de govêrno, cabe-me a responsabilidade pelo que se faz e também pelo que se deixa de prover ou prever na administração.

Nada disso, no entanto, deve significar que o Governo esteja menos interessado em expurgar das funções públicas quantos se comprove estarem comprometidos, ou implicados em atos de subversão ou corrupção. Nesse objetivo a Revolução deverá ser inflexível. E daí o tenaz esforço feito para que os inquéritos e as investigações caminhem sem delongas. Nesse particular o Governo tudo tem feito para os ativar ordenadamente, livrando-os de uma tumultuada agitação, que seria o caminho aberto para muitos desatinos. A verdade, porém, é haverem sido até hoje homologadas tôdas as conclusões submetidas à apreciação do Presidente da República, que continuará a estudá-las e julgá-las à medida que atinjam a sua alçada.

Falei-vos dos que se rejubilariam em ver o Congresso subjugado ou até eliminado, para que a Revolução tivesse talvez as mãos livres para a prática de arbítrio. A verdade é que, se tal não ocorreu por ocasião do triunfo da Revolução, ponderáveis motivos terão concorrido para tanto. Na realidade venceu a melhor solução, aquela que se impunha aos que são, como eu, convictamente democratas. Nem custa verificar que as grandes correntes de opinião, a mentalidade dominante nas Forças Armadas, bem como as mais expressivas manifestações em todos os setores das atividades nacionais, desde os operários até aos mais elevados meios intelectuais ou políticos, aspiram permanecer o País no regime legal.

Possivelmente, não teria sido muito difícil instaurar uma ditadura no Brasil. Mas, como mantê-la sem o apoio da Nação? Bem depressa caminharíamos para um regime policial destinado a encurralar o País num círculo de força e de opressão.

A verdade é que muitos dentre os que hoje deixam entrever certa nostalgia por não haverem fechado o Congresso ou derubado governadores, que se mostraram destemidos na defesa das suas prerrogativas legais ameaçadas pela subversão, pregaram e fizeram a Revolução empunhando a bandeira da restauração da legalidade. Bandeira que vimos periclitante sob a maré montante da desordem fomentada pelo Governo passado. Aliás, mesmo entre os congressistas, não seria difícil apontar os que, desonrando o

mandato, queriam abolir as franquias legais, e hoje, legalistas de fancaria, pretendem acusar o Governo de práticas ilegais, como se ainda pudessem continuar enganando o País.

Bem mais fácil tem sido a tarefa dos que pretendem ser os beneficiários das dificuldades decorrentes do custo de vida e do abastecimento. Como se o atual Governo houvesse emergido de um mar de rosas, que, pela incúria ou pelo desacêrto, transformasse num mar de fel, fingem esquecer que na realidade, na triste realidade, a Revolução é o síndico de uma pobre massa falida. Ninguém ignora isso, no entanto. Uns por haverem participado do descalabro de uma ruínosa administração, outros por haverem visto de bem perto como se furtava e traía uma nação. Ou haverá, no Brasil, quem desconheça o grau em que ficaram desorganizados os serviços públicos e viciados os métodos da administração? O dinheiro da Nação era menos desta do que de uma camarilha ávida de riqueza fácil.

E, à medida que se avolumavam os débitos do Erário, tôda a vida nacional, na indústria e nos campos, ingressava numa terrível fase de estagnação e deperecimento. Tudo isso sem falar nas enormes somas retiradas das suas aplicações normais para alimentarem cúpulas sindicais e grupos estudantis que, indiferentes à sorte dos operários e dos estudantes, apenas cuidavam de corromper e subverter. O próprio provimento dos cargos públicos deixou de obedecer a critérios que não fôssem os de fomentar a anarquia. E a politicagem esquerdista, de mãos dadas com os mais escusos interesses de grupos, já prelibava fartar-se com os despojos da Nação saqueada.

Haverá, porventura, quem desconheça história tão recente e tão pública? Contudo, os acusadores da Revolução aí estão bem prontos para capitalizarem em benefício próprio a desgraçada situação de sofrimento, para a qual muitos dêles concorreram ambiciosamente. Empobrecidos os Estados e alguns às portas do colapso financeiro. Os transportes em situação de completa anarquia. E as próprias emprêsas necessitando inadiavelmente do auxílio estatal, sob pena de ser comprometida a coletividade. Como consertar tudo isso em poucos meses? Haverá milagre capaz de

deter a inflação, frear o custo de vida, propiciar a abundância e conseguir o desafogo da indústria e da lavoura num breve lapso de tempo? O Governo talvez não logre a compreensão de alguns daqueles que, desde 1956, mostravam estar a Nação a caminho de um desastre irremediável. Também não poderá ter a compreensão daqueles que apeou do Poder. Mas, o que certamente não lhe faltará será a compreensão e apoio da grande maioria do País, principalmente dos mais humildes, e que têm a plena consciência de que o Governo não possui outro objetivo, atual ou remoto, que não seja o de assegurar a todos os brasileiros que eles, em breve, irão se libertar da chaga do subdesenvolvimento.

Ao dirigir-me hoje aos brasileiros, para falar-lhes de alguns aspectos da Revolução, não devo omitir as críticas desfechadas contra as reformas tentadas com o objetivo de atender a velhos reclamos da nacionalidade. De fato nada mais vinculado à Revolução do que o espírito reformista. Nem foi por outro motivo que o Ato Institucional, pedra fundamental do movimento de 31 de março, abriu-lhe caminhos tão largos e rápidos, criando, pela conjugação do Executivo e do Legislativo, um Poder Constituinte. Era o meio para permitir que se tornasse realidade a antiga aspiração nacional no sentido do País não se deter no estágio de uma democracia política, e fôsse mais longe, alcançando o nível de uma democracia social, indispensável complemento daquela nos dias presentes.

Nisso, aliás, a Revolução não fez mais do que seguir antiga tradição brasileira, tanto a reforma está, desde o Império, associada à idéia das transformações ditadas pelo progresso. Foi assim em 1869, quando famoso manifesto liberal desfraldou a bandeira de «Reforma ou Revolução». Era a reforma para conjurar a revolução. Hoje, mais felizes, podemos realizar as reformas após a revolução. Em 1881, por ocasião da eleição direta, novamente vimos tremular no País, como um símbolo de progresso, a mesma bandeira da reforma. E já no ocaso do Império era Rui Barbosa quem a levantava com o vigor que sempre lhe assinalou as campanhas.

Nem custa tomarmos esta frase de uma de suas conferências dessa época: «Não se tema a realeza dos republicanos, — dizia

Rui; tema-se de seus maus amigos. Não há notícia de trono que fôsse ao chão por condescender com uma reforma liberal, como não há exemplo de dinastia que se não perdesse, obstinando-se contra as reformas populares». Não há, pois, por que a Revolução deixar de levar a cabo as reformas há tanto reclamadas, discutidas e almejadas pelas correntes mais progressistas do País.

Já em 1952, João Mangabeira era explícito quanto à necessidade de o País enveredar pelo caminho das reformas. O seu conceito é taxativo: «A Constituição vigente é, na minha opinião, inadequada à solução dos graves problemas políticos e sociais do presente. Sou, portanto, pela sua reforma...».

Na verdade, a idéia da reforma, através da história do País, representa o ariete com que se tem abatido as muralhas dos privilégios. E isso não pode acontecer sem a reação dos que se julgam protegidos ou abrigados por esses muros defensores. Há, pois, que enfrentar resistências, e até compreendê-las. Mas, nem por isso ceder diante delas. Por que não reformar a Constituição em muitos dos dispositivos que o tempo já mostrou inadequados aos fins almejados? Por que não consumir a reforma bancária? Por que protelar a reforma agrária? Não haverá velho clamor em favor de uma nova lei eleitoral e da reestruturação dos partidos? Não deveremos reformar as emprêsas, democratizando-as?

Urge compreendermos que a Revolução não estará realizada e consolidada no tempo, apenas pôr haver efetuado alguns expurgos, minorado a inflação e realizado eleições livres. Na realidade, sômente as reformas poderão dar à Revolução a projeção e a continuidade desejada para o futuro do País. Hoje, como ontem, elas são a bandeira do futuro. Não é apenas o presente que nos deve interessar, e sim o amanhã que desejamos construir para o bem-estar das gerações que irão nos suceder.

É por isso, por estar imbuída dêsse espírito de reforma e de progresso, que a Revolução continuará a crescer. Ela é impessoal e não conhece interêsses que não sejam os do povo. E o seu vigor reside na contribuição de todos os revolucionários, que afinal, embora chegados de afluentes vários e, por isso mesmo, cheios de matices, encontram o estuário comum, que é a obra grandiosa da reconstrução nacional. Por isso mesmo, o Govêrno não pleiteia

nem deseja outra solidariedade que não seja a da dedicação à tarefa revolucionária, supremo compromisso de todos aquêles que tanto se arriscaram pelo advento de uma nova era no Brasil. Uma era marcada pelo signo da Revolução. Uma Revolução sem donos, e que, por isso mesmo, não se curva a nenhuma fôrça ou interesse que não esteja em consonância com os rumos revolucionários. Daí ser o Govêrno — e esta é a sua autenticidade — uma resultante decisiva e vigorosa das várias correntes de opinião revolucionária, e jamais o reflexo de qualquer corrente desviada e isolada, e incapaz de polarizar as várias tonalidades das aspirações do movimento de 31 de março. Uma Revolução sem donos, repito, pois eu próprio jamais me consideraria como tal. Até porque não tenho vocação para ditador, do mesmo modo que não possuo a de me submeter a tutelas. Como todos os presidentes, preciso de assessoria, necessito de conselhos, a fim de poder deliberar com pleno conhecimento de causa sôbre os interesses do País. Mas, não mais do que isso.

Posso mesmo assegurar que a Revolução tem as portas abertas para quantos queiram e estejam em condições de colaborar na reconstrução do Brasil. Temos idéias, e não ódios; objetivos, não vinditas. Sentimo-nos, pois, à vontade para conclamar todos os revolucionários, sem distinção, os que apóiam o Govêrno ou os que lhe são contra, para que se unam à obra comum da Revolução. Falando na Bahia, pediria mesmo licença para parodiar Rui Barbosa: Com a Revolução, pela Revolução e para a Revolução, pois fora da Revolução não há salvação.

Senhor Governador:

Ao concluir estas breves considerações, em que busquei aparar equívocos e lançar alguma luz sôbre rumos e decisões do Govêrno, cabe-me agradecer a V. Ex^a a acolhida que me dispensa de maneira tão cativante. Devo mesmo confessar a satisfação com que o vejo integrado na Revolução, que mostra assim poder receber o concurso de quantos estejam verdadeiramente empenhados em servir ao País. De fato, animado por um espírito môço e vigoroso, não terá sido difícil a V. Ex^a compreender a Revolução e os seus objetivos, do mesmo modo que, estou certo, continuará a ser

frutuoso o esforço desenvolvido para superar e vencer as graves dificuldades do momento. Para essa tarefa, na qual os interesses da Bahia se confundem com os próprios interesses do Brasil, já tem V. Ex^a a prova de poder contar, como o povo da Bahia, com a colaboração do Governo Federal, que cumpre assim o seu dever. Receba, pois, V. Ex^a o meu reconhecimento pela honra com que me distingue, e na qual vejo quanto estão vivas e presentes as melhores tradições d'este grande Estado.